



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 15

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE JANEIRO DE 2012

LOCAL: Salão Nobre da Câmara Municipal de Tábua

Hora: 14,30

PRESENTES (34 Membros):

Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia
Dr.^a. Lúcia Paula da Costa Cabral
João Luiz Alves Fiuza
Dr.^a. Ana Sofia Abreu Rodrigues
Dra. Inês Marques de Sousa Ramos
Rui Brito Pereira
Abílio Rodrigues
Amílcar Castanheira Luís
Dra. Vanda Mota
Fernando Antunes Marques Macedo
Alfredo Francisco Santos Marques
Armando José de Carvalho Afonso
Carlos Alberto Moreira
Amílcar Anjos Martins
Nuno Manuel Pinto Fonseca
Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca
António Santos Pinto
Dra. Cláudia Sofia Pereira Antunes
José Manuel Ferreira Oliveira
Isabel Maria Castanheira Dinis Oliveira Lourenço (Presidente J. F. de Ázere)
José Silva Cardoso (Presidente J. F. de Candosa)
António José Santos Esteves (Presidente J. F. da Carapinha)
Fernanda da Costa Cabral (Presidente J. F. de Covas)
Avelino Marques Figueiredo (Presidente J. F. do Covelo)
José Augusto Pereira Dias (Presidente J. F. de Espariz)
João Manuel Oliveira Moura (Presidente J. F. de Meda de Mouros)
José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)
Manuel Lourenço Dinis Gambôa (Presidente J. F. de Mouronho)
António Alves dos Santos (Presidente da J. de F. de Pinheiro de Côja)
José Ângelo Pires de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Albertino Correia da Costa (Presidente J. F. de São João da Boa Vista)
Fernando Manuel de Brito Gameiro (Presidente J. F. de Sinde)
António Manuel Fonseca Oliveira (Presidente J. F. de Tábua)
Vítor Manuel Moura Marques (Presidente J. F. de Vila Nova de Oliveirinha)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA FALTOSOS (2):

Dr. João Carlos Canotilho Lage
Fernando de Carvalho Andrade

VEREADORES PRESENTES:

Mário de Almeida Loureiro
Dr.^a. Ana Paula dos Santos Faria Neves
Dr. Ricardo Manuel de Oliveira da Silva Cruz

VEREADORES AUSENTES:

Manuel António de Jesus Borges
Dr.^a. Carla Sofia Silva Martins
Serafim Duarte Lopes Martins

Presente, também, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Eng.º. Francisco Ivo de Lima Portela.

Após a chamada, e uma vez verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia, declarou aberta a Sessão.

Foram apresentadas justificações de falta à reunião de hoje pelos membros Dr. João Carlos Canotilho Lage e Sr. Fernando de Carvalho Andrade, as quais, depois de apreciadas pela Mesa da Assembleia e determinado que ficassem arquivadas no local próprio, foram consideradas justificadas.

Face à eventual Moção a apresentar, pelos membros da Assembleia, relativa ao encerramento/extinção da comarca de Tábua, o Sr. Presidente da Assembleia propôs que fosse incluído na ordem de trabalhos, o seguinte ponto:

3 – ENCERRAMENTO/EXTINÇÃO TRIBUNAL DE TÁBUA – MOÇÃO;

Foi aprovado, por unanimidade dos Membros da Assembleia incluir, na ordem de trabalhos, o ponto proposto pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTUDO FINANCEIRO E PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer o ponto em análise, e no uso dela, após os cumprimentos iniciais, salientou que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade efectuar o Plano de Saneamento Financeiro, que é hoje apresentado a todos os membros da Assembleia. Realçou que muitas outras Câmara já efectuaram esta operação financeira e que nem assim conseguirão resolver os seus problemas financeiros, situação resultante dos cortes de verbas que as autarquias sofreram por parte do poder central, de quase um milhão de euros. Salientou, ainda, que a autarquia ainda não esgotou a capacidade de endividamento, mas as instituições bancárias estão a cortar fortemente os créditos. Realçou que o Estudo de Saneamento Financeiro é claro e que o executivo está disponível para esclarecer todas as dúvidas, assim como o autor do estudo, que se encontra presente nesta Assembleia.

Em seguida foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra à Dra. Ana Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou a sua intervenção **por escrito, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 1)**, esclarecendo a sua posição relativamente ao ponto em análise: "Apreciação e Aprovação do Estudo Financeiro e Plano de Saneamento Financeiro".

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, frisou que a intervenção anterior é pura demagogia, salientando que a situação financeira da autarquia é razoável, e que os dados referidos são dos Censos de 2004. Referiu que, o concelho de Tábua, segundo os Censos de 2011, é o concelho que menos população perdeu 4,33%, em comparação com Oliveira do Hospital, que apresenta uma diminuição de 5,40%, Arganil de 11,04€ e Santa Comba Dão de 6,51%.. Realçou que o investimento na Área Empresarial Sinde/Tábua efectuado pelo Município, foi um bom investimento, que já está a dar frutos e onde estão actualmente envolvidos investidores estrangeiros. Solicitou, ainda, a intervenção do Dr. Fonseca Ribeiro, autor do estudo de Saneamento Financeiro, de forma a responder às dúvidas colocadas.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que o Grupo Municipal do P.S. está satisfeito com os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara, reforçando a sua vontade para que o Saneamento avance para o desenvolvimento do concelho, realçando que outras opções seriam o insucesso do concelho. Salientou que o Grupo Municipal do P.S. irá votar favoravelmente o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro, pois têm confiança no executivo. No entanto, concordam que a intervenção do autor do Estudo é, de qualquer forma, útil.

Dada a palavra à Dra. Ana Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que a sua intervenção não foi demagogia, uma vez que citou assuntos relacionados com o documento em análise. Frisou, também, que nunca foi contra a realização de despesa, apenas questionou se a opção não poderia ter sido outra.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, apresentou a sua intervenção por **escrito, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 2)**, esclarecendo a sua posição relativamente ao ponto em análise: "Apreciação e Aprovação do Estudo Financeiro e Plano de Saneamento Financeiro".

Dada a palavra à Dra. Maria do Rosário Fonseca, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientando que a questão que se coloca é que o executivo camarário, que realizou todo o investimento que elencou uma série de dificuldades, consiga levar para a frente tudo o que está neste documento, frisando que se não o conseguiu até agora, como irá fazê-lo nos próximos anos, estando a trancar a hipótese de uma mudança de estratégia. Colocou, ainda, algumas questões acerca do documento, nomeadamente no que concerne aos pontos fracos e fortes, questionando como é que o Centro Cultural é considerado um ponto fraco, e referindo que não consegue ver efeitos na redução da despesa corrente, através das medidas salientadas no documento.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, frisou que se deve fazer justiça às poupanças do gasóleo com as jornadas contínuas dos trabalhadores da autarquia, salientou, ainda, que também foram feitas poupanças na iluminação natalícia. Realçou que "as políticas de desenvolvimento da região são responsabilidade acrescida de todos, sempre a pensar na população que nos elegeu".

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, frisou que a situação da autarquia, quando falamos no contexto do país, e concelhos vizinhos, é favorável. Terminou com uma palavra de apreço aos Presidentes de Junta que têm sido extraordinários e compreendido toda esta situação.

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, esclareceu que a redução de pessoal se deve ao cumprimento da imposição legal e que a Câmara Municipal de Tábua já cumpre os limites de redução a que está obrigado. Quanto à dívida do Município, esclareceu que desde o início do mandato, em Novembro de 2009, a dívida aumentou cerca de 1 milhão e meio de euros, em virtude de vários factores: redução de transferências correntes do Orçamento de Estado, que ultrapassam 1 milhão de euros, os investimentos que foram feitos em obras de saneamento e águas em Vila Nova de Oliveirinha e Covelo, a construção da 2.ª fase da Estrada de Covas, a estrada de Loureiro, o Centro Escolar de Tábua, o Centro Cultural de Tábua, a Nova Etar de Tábua e o investimento na Área Empresarial Sinde/Tábua. Contudo, relativamente às obras financiadas com Fundos Comunitários, no que respeita aos montantes já faturados, o Município ainda tem a receber cerca de 1 milhão de euros.

Com a concordância de todos os membros da Assembleia, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do autor do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro, Dr. Fonseca Ribeiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que a sua intervenção não pretende ser uma defesa do Projecto, mas sim um esclarecimento de dúvidas, embora realce que é difícil explicar, linha a linha, um documento com 116 páginas. Salientou que o Município de Tábua, neste momento, não está numa posição difícil, estaria se todos os indicadores estivessem preenchidos, mas tal não acontece. Realçou que o que despoleta a situação financeira actual da autarquia é o Desequilíbrio Financeiro, que começou em 2009, mas que é objectivo deste executivo mudar o rumo do mesmo. Realçou a importância do facto de todos concordarem com o Saneamento Financeiro, referindo que o Projecto que apresenta é fruto de um trabalho independente, de uma análise não só ao passado, mas também com previsões, que sejam o mais realistas possíveis, com o objectivo de reabilitar o Município. Salientou que, esta operação de Saneamento Financeiro, não servirá para fazer investimentos, estes serão apenas efectuados se houver dinheiro, salientando que este financiamento servirá para pagar a dívida e regularizar as dívidas a terceiros, para que os prazos sejam cumpridos.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que irá votar contra porque é a vontade do colectivo CDU, frisando que esta situação não é apenas responsabilidade do executivo, mas sim do Poder Central.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, salientou que a autarquia não está em incumprimento com o Banco Totta, porque o próprio banco prorrogou o prazo do contrato, tendo sido assinado o respectivo aditamento, até porque a instituição de crédito em causa, na sua



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta de financiamento de saneamento Financeiro, incluiu a liquidação do empréstimo a curto prazo.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação do Estudo Financeiro e Plano de Saneamento Financeiro, mediante a presença do Estudo e Plano de Saneamento Financeiro do Município de Tábua, elaborado pela empresa A. Fonseca Ribeiro, Lda., adjudicado pela deliberação nº 86, da Reunião de Câmara Ordinária de 28 de Fevereiro de 2011, acompanhado da Minuta nº 22 da Acta da Reunião Extraordinária de 25 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, a fim de garantir os níveis de governabilidade necessários a uma actuação eficaz. A Autarquia, reconhecendo os desafios com que é confrontada e tomando consciência da necessidade urgente de reequilibrar as finanças municipais, deliberou desenvolver uma operação de Saneamento Financeiro, com o objectivo de reprogramar a dívida de Curto Prazo e consolidar os seus passivos financeiros.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E SETE;

VOTOS CONTRA: SETE;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA dos membros, concordar com o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro, que se dá por reproduzidos.

Mais foi deliberado, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E OITO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SEIS;

APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA, concordar com a deliberação nº 568 da Reunião de Câmara Extraordinária n.º 26/11, de 12 de Dezembro de 2011, relativa ao Saneamento Financeiro – Empréstimo Financeiro até ao montante de 4.500.00,00€/ Adjudicação, e manter em vigor a deliberação da Assembleia Municipal Extraordinária, de 16 de Dezembro de 2011, relativa ao mesmo assunto.

Ainda foi deliberado, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E OITO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SEIS;



APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA, concordar com todas as condições e procedimentos constantes na deliberação nº 57 da reunião de Câmara Extraordinária, de 25 de Janeiro p.p., referente ao Empréstimo Financeiro a Curto Prazo.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS / ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES / GRANDES OPÇÕES DO PLANO / ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2012 / MAPA DE PESSOAL;

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foram explicados os documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais já foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados na pasta própria.

De imediato foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, apresentou a sua intervenção por **escrito, a qual foi presente à Mesa devidamente datada e assinada, que o Sr. Presidente da Assembleia rubricou, passando a fazer parte integrante desta acta, documento esse que se dá como reproduzido (Documento nº 3)**, onde coloca algumas questões acerca das “Grandes Opções do Plano”.

Dada a palavra ao Sr. Manuel Gamboa, Presidente da Junta de Freguesia de Mouronho, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, salientou que, como representante da freguesia de Mouronho, a mesma, e em âmbito particular pouco tem a ver com as dívidas que são apresentadas, sentindo-se discriminado. Quanto às Grandes Opções do Plano, e no que respeita à ETAR e Saneamento que engloba Bogalhas e Mouronho, questionou o porquê questionou o porquê das localidades da Pereirinha e da Pereira não terem sido englobadas neste projeto. Questionou, também, o Sr. Presidente da Câmara acerca do Parque Industrial da Venda da Serra e acerca da Praia de Ronqueira.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, e no uso dela, relativamente à questão colocada pelo Sr. José Oliveira, esclareceu que o Saneamento Básico de Ázere já está adjudicado, estando a autarquia à espera dos fundos comunitários para dar início à obra. Relativamente aos pontos fracos, esclareceu que os mesmos são pontos onde é preciso investir.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi solicitada a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, Sr. Mário Loureiro, para prestar esclarecimentos adicionais, o que lhe foi concedido, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do art.º. 23º, nº 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Tábua, e no uso dela, Referiu que o Plano de Actividades e Orçamento sofreu algumas alterações, pequenos acertos devido à publicação dos montantes exactos, respeitantes às transferências do Orçamento de Estado. Quanto à Regeneração urbana, esclareceu que é uma obra que envolve grande parte da Vila de Tábua, várias ruas, e que será financiada a 95%, mediante candidatura. Quanto à Praia Fluvial da Ronqueira, informou que o Município está atento a possível candidatura aos Fundos Comunitários, para melhorar e dignificar as condições naturais existentes, podendo vir a efectuar-se uma candidatura inter-municipal, com o município de Arganil.

Uma vez discutido este ponto, e não tendo sido pedidos mais esclarecimentos, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi esclarecido que, o que a Câmara Municipal pretende é a aprovação da Apreciação e Aprovação do Plano Plurianual de Investimentos / Actividades Mais Relevantes / Grandes Opções do Plano / Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2012 / Mapa de Pessoal, mediante a presença dos Documentos Previsionais para o Ano Financeiro de 2012, remetidos pelo Senhor Presidente da Câmara, em colaboração com o Departamento Administrativo e Financeiro, acompanhados da Minuta nº 23 da Acta da Reunião Extraordinária de 25 de Janeiro p.p., documentos que se dão por reproduzidos, focando os principais projectos e objectivos a serem alcançados ao longo do ano.

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E SEIS;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: OITO;

APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA dos membros, concordar com os documentos referentes às Grandes Opções do Plano, no montante global de 11.246.220,00€, ao Plano Plurianual de Investimentos, no montante global de 7.583.439,00€, e às Actividades Mais Relevantes, no montante global de 3.662.781,00€.

Mais foi deliberado, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E OITO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: SEIS;

APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA, concordar com o documento referente ao Orçamento da Receita e da despesa para o ano de 2012, no montante global de 19.201.403,00€.



Ainda foi deliberado, pela forma usual de votar, e da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: VINTE E SETE;

VOTOS CONTRA: UM;

ABSTENÇÕES: SEIS;

APROVADO POR MAIORIA ABSOLUTA, concordar com o Mapa de Pessoal deste Município para 2012.

Pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi solicitada a aprovação em minuta do deliberado, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos.

Elaborada a Minuta, lida e posta a votação, pela forma usual de votar, foi aprovada por unanimidade e assinada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, passou-se para o ponto seguinte.

3. ENCERRAMENTO/EXTINÇÃO TRIBUNAL DE TÁBUA – MOÇÃO;

No início deste ponto foi pedida a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Sr. Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Dada a palavra ao Sr. João Fiúza, Director do Grupo Municipal do P.S., no uso dela, frisou que foi com muita incredulidade que encarou a notícia de que cerca de 47 tribunais portugueses podem vir a encerrar. Referiu que teve acesso ao documento que foi enviado à TROIKA e pode afirmar, com toda a certeza, que os pressupostos em que se baseiam para encerrar o tribunal de Tábua, são falsos. Solicitou ao Executivo que agende uma reunião com a Ministra da Justiça, pois a Assembleia Municipal, os tabuenses, não se podem calar perante esta situação, pois Tábua já é um concelho com grandes infra-estruturas, que necessitam de respostas imediatas.

Dada a palavra à Dra. Ana Abreu Rodrigues, membro do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, e no uso dela, salientou que “se há matérias das quais não podemos prescindir, é a justiça”. Realçou a importância da proximidade da justiça, sendo o Tribunal em Tábua imprescindível, realçando a importância da Comarca no Concelho, uma vez que o feriado municipal assenta na instauração da mesma. Solicitou ao executivo que encete as diligências necessárias, a quem de direito, para que esta possibilidade de encerramento do tribunal não se torne uma realidade.

Dada a palavra ao Sr. José Oliveira, membro eleito pela Coligação CDU, e no uso dela, salientou que a Coligação CDU subscreve a Moção de todos os membros da Assembleia Municipal, salientando que esta é a altura de deixar os partidos de lado e pensarem no bem dos tabuenses, referindo que “A perda de justiça, é perda de soberania”.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra à Sr. Fernanda Cabral, Presidente de Junta de Freguesia de Covas, no uso dela, e após os cumprimentos iniciais, referiu que os Independentes se associam a esta Moção, fazendo um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para tentar resolver esta situação.

Pelo Sr. Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e no uso dela, salientou que a Câmara Municipal se associa a esta Moção, salientando que, desde que a notícia começou a circular, a Câmara tem recebido pessoas dos mais diversos sectores, com as mais diversas profissões, que demonstram preocupação e interesse em não deixar fechar a Comarca de Tábua. Realçou que irá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para resolver a situação.

Presente uma Moção contra o Encerramento do Tribunal de Tábua, proveniente dos Grupos Municipais do Partido Socialista, da Coligação PPD-PSD /CDS-PP, da CDU e dos Independentes, desta Assembleia Municipal, documento cujo teor se transcreve na íntegra:

“Face às notícias que têm vindo na Comunicação Social sobre o encerramento do Tribunal de Tábua, vem esta Assembleia Municipal expressar o seu maior repúdio e indignação e solicitar ao governo que seja revista a proposta apresentada, uma vez que os pressupostos que estão na base do “Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária”, não parecem encaixar na realidade actual da Comarca de Tábua, tanto que as actuais infra-estruturas concelhias, estão muito para além daquilo que o Governo pensa sobre o interior do país, nomeadamente do Concelho de Tábua.

Tábua, 30 de Janeiro de 2012

Grupo Municipal do P.S.

Coligação PPD-PSD /CDS-PP

Grupo Municipal da CDU

Os Independentes”

Posta a votação pela forma usual de votar, da contagem dos votos dos trinta e quatro Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS A FAVOR: TRINTA E QUATRO;

VOTOS CONTRA: ZERO;

ABSTENÇÕES: ZERO;

APROVADO POR UNANIMIDADE dos membros, aprovar a Moção contra o Encerramento do Tribunal de Tábua.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa, foi dada por encerrada a presente Sessão e para constar se lavrou a presente acta, que foi redigida pela Técnica Superior Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão, e que eu, Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral, Primeiro



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Secretário, reví e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia, depois de aprovada.

O Presidente da Mesa:

(Dr. Alfredo Laranjeira Rodrigues de Areia)

O Primeiro Secretário:

(Dra. Lúcia Paula da Costa Cabral)

O Núcleo de Apoio:

(Sofia Isabel Macedo Andrade Napoleão)